

Cesar Kiraly

Coordenador executivo do Laboratório de Estudos Hum(e)anos do IUPERJ.

**Gramsci, Antonio. A questão meridional *in: Escritos Políticos (1921-1926)*.
Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2004.**

I

Os intelectuais possuem uma função no processo de tomada de consciência de classe, no processo de luta de classes e na organização discursiva das classes. O enunciado invertido pode ser feito: os intelectuais possuem uma função no processo de produção da ideologia dominante, no processo de dominação de uma classe sobre a outra e na organização discursiva do capital. Antes de Antonio Gramsci, de certa forma, o processo ideológico era percebido como uma via de mão única. A classe dominante produzindo discursos de apreensão e alienação para a classe dominada. Estabelecendo estratégias históricas e institucionais para que o trabalho, de modo atualizado, fosse percebido como parte de um processo necessário de produção. Depois de Gramsci a ideologia pode ser percebida como um processo complexo, onde forças se enfrentam, na produção de alternativas sociais.

II

O argumento de Gramsci no ensaio intitulado *A questão meridional* aborda a tensão existente entre as classes de trabalhadores industriais e os trabalhadores do campo. Ambas as classes se encontram em condição de dominação pelo capital, mas o modo como se comportam frente ao capitalismo, ou as posições que se vêm forçadas a assumir, acabam por tornar (trabalhadores industriais e trabalhadores do campo), ao invés de segmentos unidos na resistência aos modos de exploração, partes antagônicas facilmente manipuláveis.

Com efeito, devemos dizer que a contraposição, aparente, de interesses, entre trabalhadores do norte e do sul, na visão de Gramsci, é contrária ao interesse consciente dos trabalhadores, pois a tensão entre o trabalho do norte e o do sul é uma estratégia ideológica do capital para manter, sempre, os trabalhadores em estágio de desorganização. Essa sorte de estratégias pode ser encontrada no conflito mesmo entre os trabalhadores da indústria e seus patrões.

A proposta, analisada por Gramsci, da Fiat aos trabalhadores de Turim, em 1924, de gestão da fábrica sob o modo corporativo, impõe o conflito entre lógica capitalista e a lógica revolucionária, na história. Os trabalhadores de Turim, no exercício da direção corporativa, estariam obrigados, como bem

percebeu Gramsci, a assumir a lógica do capital, seriam dominados pelas imposições do crédito, do lucro; a estratégia do capital, nesse caso, é ceder aos trabalhadores a possibilidade da decisão, em um mundo onde a decisão já foi tomada¹.

A questão meridional se recoloca, no mundo contemporâneo, entre os trabalhadores da indústria e do campo dos países desenvolvidos e os trabalhadores da indústria e do campo dos países pobres. O capital coloca a relação entre os trabalhadores do “norte” como antagonica aos do “sul” – pois se o capital impõe aos trabalhadores do “norte” a necessidade de competir no mercado, esses seriam rapidamente suprimidos pelos trabalhadores do “sul”, que podem fazer o mesmo trabalho, recebendo menos. No campo, os trabalhadores do “norte” são protegidos por tarifas que permitem o seu modo de produção e sua estrutura social. Pela lógica do capital, esse modo de organização, vai de encontro aos interesses do trabalhador do campo do “sul” – que em virtude das tarifas é lançado na impossibilidade de competição. Essa lógica simplesmente não faria sentido se as classes pudessem perceber que esse aparente antagonismo faz parte do processo de exploração e de sua retórica. Por evidente que a supressão dos trabalhadores do campo do “norte” não promoveria ascensão aos trabalhadores do “sul” – pois se manteriam sempre tão explorados como sempre – a lógica do capital – vista pelo interesse de classe, mostra que o capitalista que não tem acesso ao mercado do campo do “norte” – pela retórica do conflito entre “norte” e “sul” – investe no campo do sul, permitindo que possa produzir muito mais e mais barato do que o norte, forçando abertura de mercado e supressão de tarifas. No fim, se trata de uma volta do capitalista do norte para ter acesso a uma parcela do mercado, que em função do conflito de classes, lhe foi vedada.

No campo da indústria não é diferente. Pois o capital tem capacidade de migrar seus parques fabris em função dos conflitos com trabalhadores de determinadas localidades e exigência de salários mais altos. Então, dependendo do tipo de indústria, o capital opta pela condição social que lhe é mais propícia. A indústria que demanda um trabalhador menos instruído pode ser alocada em regiões onde o trabalhador aceita trabalhar por menos. Esse pode ser o caso do sudeste asiático. Indústrias que demandam larga exigência de instrução, como reduzem muitíssimo o número do tipo de trabalhador de que precisam, acabam por minorar, de modo ilusório, o conflito de classes.

O ponto do Gramsci é que independentemente da estratégia do capital: o interesse do trabalhador é sempre o mesmo, emancipar-se enquanto classe. Quando os trabalhadores se colocam em posição de rivalidade se afastam da emancipação e se colocam mais disponíveis à exploração. Em suma: o capital, em suas estratégias, tende para percepção da fantasmagoria de que os interesses dos trabalhadores podem ser opostos. Esse é o papel da ideologia dominante. A consciência de classe serve para evidenciar que essa é a estratégia mesma da dominação. O enunciado capitalista: - exerça a liderança corporativa, tome as decisões que beneficiem a sua classe – nada mais é do que uma sentença falaciosa. Não existe como se tomar medidas de classe, sem que seja no contexto explícito

¹ A questão meridional. p. 416-417

da luta de classes. Imersas na lógica do capital, nas exigências do crédito, a luta de classe se dissolve, para uma compreensão passiva da necessidade inexorável da exploração. Vejamos como Gramsci expõe o impasse do capital:

No novo século, a classe dominante inaugurou uma nova política, de alianças de classe, de blocos políticos de classe, ou seja, de democracia burguesa. Tinha de escolher: ou uma democracia rural, isto é, uma aliança com os camponeses meridionais, uma política de liberdade alfandegária, de sufrágio universal, de descentralização administrativa, de produtos mais baratos; ou um bloco industrial capitalista-operário, sem sufrágio universal, com protecionismo alfandegário, com conservação do centralismo estatal, com uma política reformista em face dos salários e das liberdades sindicais².

No diagnóstico de Gramsci a Itália escolhe a segunda opção, o que permite o nascimento do sindicalismo. Ainda que o nascimento do sindicalismo não signifique por si – um papel claro na emancipação da classe trabalhadora – no caso da Itália, o sindicalismo, na maneira como Gramsci o descreve, compreende seu papel de classe, e se coloca do lado da luta meridional. Não existe antagonismo, mas complementaridade, na medida em que é dado ter a consciência que a união dos trabalhadores permite a resistência. Contudo, se o diagnóstico de Gramsci é inicialmente positivo, se altera pelo acréscimo de variáveis. Na verdade de uma variável significativa: o intelectual meridional. Esse acaba por exercer um papel pernicioso no sindicalismo. Com efeito, esse efeito pode ser encontrado na tentativa de dirigir (e inserir) o proletariado, na busca de um gradual processo de incorporação, na vida capitalista. Assim, se o sindicalismo quebra com a rivalidade entre os trabalhadores, inaugura outro tipo de captura perniciosa, a tentativa, de um tipo de ativista da vida pública, em tomar conta do processo da luta de classes, para, ao invés de organizar meios de luta revolucionária, implementar mecanismos de incorporação na vida burguesa. O intelectual meridional, nas primeiras descrições de Gramsci, é o *burguês em germen* exercendo papel teatral no movimento operário, pelo menos é o burguês em ideário liberal.

Devemos perceber que a teoria política de Gramsci circunda, como ponto de chegada ou de partida, a figura conceitual do intelectual. Dizemos figura intelectual, e não simplesmente a existência histórica de intelectuais, pois não se trata de uma investigação sociológica sobre o intelectual enquanto papel social relevante, ainda que exista uma sociologia importante no ato de se analisar o papel conceitual de determinados *tipos de intelectuais* em determinados momentos históricos; mas o que queremos ressaltar é que o modo pelo qual Gramsci se apropria do marxismo implica que o jogo das ideologias, como afirmamos acima, seja uma prática complexa; exercida em todos os momentos da vida social.

O conceito de intelectual em Gramsci, e insistimos de que se trata de um conceito, está na ponta da tomada de consciência de classe, como também está na ponta no processo de produção

² A questão meridional. p. 417

ideológica revolucionária, como, outrossim, exerce relevância na percepção do conceito de história. A história é alguma coisa que se constrói no conflito de classes, mas que se constrói, da mesma forma, na elaboração de discursos intelectualmente cognoscíveis, os quais permitem que as classes se compreendam e compreendam as suas agências na história.

III

Gramsci mapeia dois tipos de intelectuais: de um lado, o intelectual treinado pela classe dominante, para organizar, em sua inserção, o modelo social estabelecido, principalmente em termos de sociedade compostas por camponeses e artesãos. De outro lado, o intelectual produto de sociedades industriais, predominantemente técnico, treinado para ser um promotor da ciência, como modo explicativo da vida social. Nos dois casos, devemos dar ênfase para o termo “*treinado*”. Pois são intelectuais que recebem o conteúdo ideológico da classe dominante, de onde são formados, e reproduzem o modelo. A posição do “*treino*” se altera, dependendo do tipo, no caso do intelectual de sociedades agrícolas, o “*treino*” é eminentemente social, de modo direto. No caso do intelectual de sociedades industriais, o “*treino*” fica a cargo de instituições de promoção da pesquisa e desenvolvimento da ciência.

O intelectual de sociedades agrícolas acaba por se empregar como funcionário do Estado (entes da administração pública). Possui origem na burguesia rural (pequenos e médios proprietários de terra). Para Gramsci: “ele é democrático quando se dirige aos camponeses, mas é reacionário, politiqueiro, corrupto e desleal quando se relaciona com o grande proprietário e com o governo”. Trata-se daquele que entre os camponeses fala de direitos e no diálogo com o Estado busca garantias individuais e proteção.

As duas figuras intelectuais descritas encontram rebatimento da vida eclesiástica. O padre de sociedades industriais é, por assim dizer, mais secularizado do que o padre das sociedades agrícolas. O primeiro acaba por viver uma vida mais dedicada aos negócios da Igreja; para Gramsci, pode ser tido como mais moral. O padre de sociedades agrárias se envolve com os negócios da cidade. Muitas vezes se vale de sua influência eclesiástica para cobrar juros sobre o valor de arrendamentos, haja vista, que a igreja continua por ser grande proprietária de terras. Acaba por ser próximo das paixões mais ordinárias, como mulheres e dinheiro. Trata-se de homem comum, na rua – santo apenas no altar, na celebração da missa³. Apesar de seus sortilégios o papel do padre meridional, na dominação de classe, é explícito. Defende os interesses agrários da Igreja e reproduz o interesse da pequena e média burguesia, de que os homens do campo permaneçam ordeiros.

A ligação entre o camponês e o grande proprietário rural dá-se através da figura do intelectual: eclesiástico ou secular. De modo que a ideologia é formada nessa aproximação. Por aproximação devemos indagar que os dois intelectuais, com afeições ao capitalismo, não evidenciam uma outra

³ A questão meridional. p. 424

⁴ A questão meridional. p. 425-426

figura cara ao conceito de intelectual em Gramsci. O intelectual marxista: aquele que é capaz de determinar que o uso intelectual pode ser implementado para justificar modos de exploração, bem como percebe que apenas no contexto ideológico podem ser formadas estratégias para reunião de classe. Mas como surge a possibilidade conceitual do intelectual marxista? O ensaio que investigamos fornece elementos circundantes. Procuraremos organizar uma resposta.

O contexto de luta de classes italiano é marcado, profundamente, pela prática ideológica da Igreja católica. Influência que estabelece, no contexto de Gramsci, forte apelo para a consecução de uma burguesia mais autoritária, na medida de sua força cultural. A preponderância católica impediu que o pensamento laico pudesse impulsionar a contestação da autoridade política. Para Gramsci, a impossibilidade de uma laicização, ou de uma reforma protestante, coloca a Itália diante de uma aporia; vencida, evidentemente pelo pensamento de Benedetto Croce. Esta pujante filosofia, no diagnóstico de Gramsci, abre espaço para que um modo crítico de análise da ideologia possa surgir:

Neste sentido, Benedetto Croce cumpriu uma altíssima função “nacional”: separou os intelectuais radicais do Sul das massas camponesas, levou-os a participarem da cultura nacional e europeia e, através desta cultura, fez com que fossem absolvidos pela burguesia nacional e, portanto, pelo bloco agrário.³

Ironicamente poderíamos dizer que todo marxista original possui um idealista de preferência. O próprio Marx tinha Hegel como pressuposto investigativo, como filósofo da grande laicização da história. Não é fútil dizer que: o Hegel de Gramsci foi Benedetto Croce. A linhagem filosófica iniciada por Croce, para Gramsci, foi capaz de “... colocar o proletariado urbano como protagonista moderno da história italiana e, por conseguinte, da questão meridional”. Ou seja, o intelectual que se apropria da tradição iniciada por Croce, não se localiza mais na dialética do intelectual do campo ou da indústria, trata-se de um novo intelectual: capaz de perceber, e mais relevante ainda, de agir no processo histórico de que participa.

Trata-se de um conceito que encontra materialidade na vida social. Pois ao mesmo tempo em que o intelectual, na filosofia de Gramsci, fecha a dialética da tomada de consciência histórica do papel de classe, existe enquanto massa social proveniente de determinados contextos. Contexto, no relato de Gramsci, associado ao mundo da técnica capitalista, do movimento de esquerda, da adesão ideológica à ditadura do proletariado e a solução da tensão entre trabalhadores.

³ A questão meridional. p. 431

⁴ A questão meridional. p. 432

IV

Cabe-nos agora indagar se o papel do intelectual na vida social é tão relevante como Gramsci assevera. Se o papel das idéias possui pregnância na vida social. Ou se a tomada de consciência se relaciona com aquilo que os intelectuais fazem quando pensam ou quando acabam por transformar: pensamentos, em discurso político.

Não há que se questionar a presença dos intelectuais enquanto figura conceitual própria ao campo da política. Nem mesmo questionar o fato de que os intelectuais consistem, também eles, em uma massa social com determinações históricas: seja como intelectual anti-revolucionário, contra-revolucionário ou revolucionário – ou até mesmo, sua presença histórica onde, a figura do revolucionário, como massa, perde, gradualmente, a sua relevância.

Por exemplo: autores do esclarecimento cético: como David Hume e Adam Smith travaram fortes debates sobre a importância das idéias na vida social. Inicialmente questionando se a virtude pode ser aprendida, como se indagava na antiguidade clássica. E depois, acerca do verdadeiro efeito, das idéias na composição e determinação da vida social. Smith, por exemplo, afirma que as idéias são o móbil da vida social, de modo que a prática, nada mais é, do que um modo teórico inquestionado. Hume, por outro lado, defende que a vida política e social é regida pelo senso comum, e por mais que o filósofo busque esclarecer pontos, sobre as dinâmicas da história, no fim das contas, esse esforço não produz nenhum efeito. Pois o que fazem os homens na história nunca se confunde com o que é pensado no gabinete.

A crença de Gramsci, ainda que possa ser aliada a esse tipo de questionamento, coloca-se em bases ligeiramente distintas. O discurso político por excelência está a produzir os seus efeitos: o discurso político de Marx está realizando o processo emancipador dos trabalhadores por meio da dinâmica da luta de classes. O papel do intelectual marxista – como aquele que estabelece vínculos entre os tipos de trabalhadores, entre as regiões com desenvolvimentos distintos, entre os modos de resistência ao duplo: indústria e autoritarismo político – é nele mesmo uma idéia política produzindo seus efeitos históricos. Então, colocaríamos Gramsci do lado de Adam Smith? Dentre aqueles que julgam que a vida política é governada por idéias? Por certo, que Gramsci não está do lado de Hume. Mas será que não seria o momento de pensarmos a dimensão do termo influência? O que, na verdade, queremos dizer quando afirmamos que uma idéia política, intelectualmente elaborada, produz efeitos na história, isto é, produz efeitos na vida social?

Queremos dizer, basicamente, duas coisas: 1) sem o pensamento (a idéia política) determinado processo histórico não seria possível e 2) as dinâmicas da história se constituem no embate de idéias: no sentido de que idéias distintas apresentam mundos distintos. Podemos, com efeito, afirmar que determinado processo não aconteceria sem a influência de um determinado pensador? Ou que seria diferente? A Revolução Russa seria distinta sem Marx (enquanto teórico)? A Revolução Francesa seria distinta sem Rousseau? Essas revoluções seriam possíveis sem que esses

pensadores tivessem elaborado idéias políticas? A consolidação de um juízo: “por causa” é impossível. Ou seja: deve-se dizer que a demonstração de que a Revolução Russa ou a Revolução Francesa se deram “por causa” de um pensador, ou que só aconteceriam “por causa” de um pensador é impossível. Claro que não é isso que Gramsci quer dizer: ele quer informar que as disposições revolucionárias dependem de uma massa de pessoas que elaboram regimes discursivos, e nessa prática, produzem inteligibilidade história para trabalhadores, que não poderiam chegar a tal regime explicativo sozinhos. No caso de Gramsci um certo juízo “por causa” parece ser parcialmente verdadeiro – pois sem que exista alguma sorte de malabarismo intelectual, a possibilidade da consciência de classe não é factível.

Mas, então, qual é a verdadeira importância conceitual dos intelectuais na história? Devemos distinguir entre uma importância afirmada pela teoria e uma relevância permitida nos processos históricos. A importância afirmada pela teoria é encontrada no próprio discurso teórico, ou seja, o papel arrolado pelo discurso teórico sobre sua própria relevância. No marxismo, inclusive no discurso de Gramsci, a importância do intelectual é muito grande: pois o intelectual é aquele que quebra com o mecanismo de alienação, permite que seja vista a identidade da classe e os processos de exploração. No pensamento liberal, a importância do intelectual não é homogênea, de modo que dependendo do autor ao qual recorreremos, temos uma resposta diferente. Mas podemos afirmar que para todos, a dinâmica histórica se realiza, a despeito dos intelectuais.

No que diz respeito à relevância nos processos históricos, podemos dizer que nos movimentos de esquerda: o intelectual assume papel de ser capaz de dizer: que um outro rumo histórico é necessário, e para tanto, as reais relações de exploração, devem ser demonstradas. Assim, a relação, entre processo histórico e intelectual como conceito, é indiscernível. Ainda que não possamos estabelecer um “por causa” – podemos afirmar que não existe tomada de consciência, percepção da exploração e resistência política sem que haja o intelectual como massa histórica. No lado liberal: a relação entre relevância nos processos históricos e figura conceitual do intelectual não é necessária; pois o intelectual assume a feição técnica de ser capaz de tornar operativa uma determinada civilização. Conceitos como direito natural não são importantes para que a história encontre o seu curso, são relevantes para a percepção de relações intrínsecas entre valores e natureza humana, mas não que a história não possa seguir o seu curso sem isso.

V

Com efeito, os conceitos de revolução e de ideologia, ainda que sejam largamente utilizados por Gramsci, carecem de algumas críticas que passaremos a explicitar.

O conceito de revolução sofreu uma série de ataques, principalmente pelo fato de que contextos revolucionários tendem a manifestar excessiva violência. A substituição de um regime político, por outro regime, sempre vem seguida do massacre da antiga elite, bem como pela assunção de uma nova elite com características muito próximas da antiga. A Revolução Francesa que substitui o

antigo regime, pela política burguesa, depois dos milhares de mortos sumariamente julgados, bem como dos horrores do terror, apresenta características administrativas de centralização muito semelhantes com as inauguradas pelo antigo regime. A assunção do império napoleônico, ironicamente, parece muito com a divinização do monarca. A Revolução Russa – a despeito do magnífico desenvolvimento industrial; seguido da modernização da sociedade Russa – também teve como característica a dizimação da divergência política, bem como a constituição de campos de trabalho – onde a preservação da vida era bastante difícil – e da mesma forma a elite política foi composta com bases muito semelhantes ao antigo poder czarista. Por certo, esses comentários não exaurem a reflexão sobre a revolução; muito poderia ser dito, a partir dos comentários de Derrida sobre o conceito de revolução, mais especificamente no texto *Os espectros de Marx*.

No caso do conceito de ideologia: podemos indicar que a definição de encobrimento da realidade dificilmente poderia ser aceita no mundo contemporâneo. Porque encobrimento da realidade é encobrimento de alguma coisa que pode ser entendida como verdade. Verdade que se esconde por detrás de um discurso. A verdade só pode ser definida por critérios. Os critérios são fornecidos por discursos. Dificilmente poderia ser sustentado que o discurso do proletariado é mais verdadeiro do que o discurso burguês. Novos critérios são requeridos para tratar a política.